

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° _____, DE 2023

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade dos contratos e da atuação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) desde a sua criação.

Senhora Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso X, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o Artigo 71, Inciso IV da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade dos contratos e da atuação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS), desde a sua criação.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária (ADAPS) foi criada para comandar o Programa Médicos Pelo Brasil que veio para substituir o



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239565561500>



* C D 2 3 9 5 6 5 5 6 1 5 0 0 *

Programa Mais Médicos, abandonado pelo governo eleito em 2018 sem outra explicação razoável que não a ideológica, uma vez que se provara um programa exitoso, capaz de assegurar atenção básica a 63 milhões de brasileiros e nos 34 distritos sanitários indígenas.

No auge do funcionamento, o Programa Mais Médicos chegou a contar com 18.240 profissionais distribuídos em mais de 4.000 municípios, sendo que em mais de 1.000 municípios, respondia por 100% da atenção primária em saúde, que é responsável por evitar o agravamento das doenças e a internação hospitalar.

Reportagem de fôlego da Revista Piauí denomina como “ninho de falcatrucas” a agência privada que geria o programa do governo Jair Bolsonaro, com irregularidades administrativas, processo seletivo de cartas marcadas, nepotismo, acusações de assédio moral, malversação de verba pública e exemplos de cabide de emprego para acomodar aliados em final de governo.

O Programa Médicos pelo Brasil foi instituído pela MP 890, de 1º de agosto 2019 e é exclusivo para médicos com registro nos conselhos regionais de Medicina do Brasil. A ADAPS, definida como serviço social autônomo, encarregada de administrar o programa, foi criada em março de 2020 por decreto presidencial. Mesmo com o considerável orçamento de 723 milhões de reais não chegou a funcionar plenamente.

Com a saída do Ministro Henrique Mandetta, foi negligenciada pela passagem do General Pazuello no Ministério da Saúde, cujos militares que o acompanharam estavam mais preocupados em indicar amigos para controlar a verba do que em fazer funcionar a agência. No entanto, como os diretores da ADAPS foram escolhidos para um mandato de 2 anos, o Ministério da Saúde colocou o Programa Médicos pelo Brasil em “modo de espera”.

E foi nesse cenário, sem o suporte dos médicos do Programa Mais Médicos, desmantelado pelo governo Bolsonaro, e sem o funcionamento efetivo do Programa Médicos Pelo Brasil, que a pandemia de COVID-19 se abateu sobre o Brasil, deixando como legado fúnebre a marca de mais de 700 mil mortos no país.

Com a chegada de Marcelo Queiroga ao Ministério da Saúde em março de 2021, a ADAPS esboçou alguma movimentação, muito embora as primeiras atividades administrativas só ocorressem 6 meses depois, em setembro de 2021. A seleção do quadro técnico deu-se entre dezembro de 2021 a janeiro de 2022. “Mas, quando finalmente a agência começou a virar realidade, abriu-se o capítulo das falcatrucas”. (“Bolsonaro desidratou Mais Médicos e pôs no lugar um ninho de falcatrucas”. Breno Pires. Revista Piauí, Edição201, junho de 2023.).



Os candidatos aprovados no processo seletivo eram invariavelmente amigos de diretores e gerentes que participavam das bancas avaliadoras. Com o fim do governo Bolsonaro, o Programa Médicos pelo Brasil preencheu apenas 4.823 vagas, uma triste caricatura do que fora o Programa Mais Médicos, lançado pela presidente Dilma Rousseff quase dez anos antes, em 2013.

Em resumo são estas as alegações que embasam o presente requerimento de auditoria, rogando aos nobres pares pela aprovação.

Sala da Comissão, em 5 de junho de 2023.



JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

